

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)  
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

# CONJUNTURA ECONÔMICA DO CEARÁ

**2003**

Fortaleza,  
Fevereiro de 2004

GOVERNADOR

Lúcio Gonçalo de Alcântara

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

SECRETÁRIO

Francisco de Queiroz Maia Júnior

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

DIRETOR-GERAL

Marcos Costa Holanda

DIRETORIA DE ESTUDOS SOCIAIS

Antônio Lisboa Teles da Rosa

DIRETOR DE ESTUDOS SETORIAIS

Jair do Amaral Filho

EQUIPE TÉCNICA

ELABORAÇÃO

Maria Eloisa Bezerra da Rocha

Rogério Barbosa Soares

Ronaldo de Oliveira Almeida

Rose Mary Galvão Teixeira

COLABORAÇÃO

Margarida Nascimento

EDITORIAÇÃO

Clécio Queiroz

Dulcineide Bessa

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av.: General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed. SEPLAN - 2º andar

60839-900 – Fortaleza-CE

[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

[ipece@ipece.ce.gov.br](mailto:ipece@ipece.ce.gov.br)

## APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) apresenta o boletim de Conjuntura Econômica do quarto trimestre de 2003.

O documento aborda o desempenho da economia cearense levando em consideração as contas regionais e o comportamento setorial, destacando-se a agropecuária, indústria, comércio, turismo e finanças públicas.

A seção Opinião IPECE traz dois artigos. O primeiro versa sobre os Novos Rumos da Agricultura Cearense e o segundo sobre o Livre Comércio e o Multilateralismo.

O IPECE com a divulgação da Conjuntura Econômica, procura atender a demanda do setor público e privado por informações de curto prazo sobre a economia cearense.

Marcos Costa Holanda  
Diretor Geral do IPECE

## **SUMÁRIO**

### **1 DESEMPENHO MACROECONÔMICO, 5**

1.1 Resultados do 4º Trimestre de 2003, **5**

1.2 Resultados Acumulados no Ano, **6**

### **2 DESEMPENHO SETORIAL, 9**

2.1 Agropecuária, **9**

2.2 Indústria, **11**

2.3 Comércio Varejista, **14**

2.4 Comércio Exterior, **15**

2.5 Mercado de Trabalho, **19**

2.6 Turismo, **21**

2.7 Preços, **22**

2.8 Juros e Câmbio, **23**

### **3 FINANÇAS PÚBLICAS, 25**

3.1 Resultado Fiscal, **25**

3.2 Dívida Pública, **26**

3.3 Receitas, **27**

3.4 Despesas, **29**

### **OPINIÃO IPECE, 31**

Novos Rumos da Agricultura Cearense, **31**

O Livre Comércio e o Multilateralismo, **35**

## 1 DESEMPENHO MACROECONÔMICO

### 1.1 Resultados do 4º Trimestre de 2003

No 4º trimestre/2003, o PIB a preços básicos registrou uma queda de 1,4%, menor que a taxa nacional de -0,1%, no mesmo período. O resultado foi influenciado pelo desempenho negativo das indústrias de construção civil, de transformação e da extrativa mineral, que totalizaram uma recuo na indústria geral de 5,4% em relação ao 4º trimestre/2002. Vale ressaltar que este resultado foi influenciado, também, pela base de comparação, pois no 4º trimestre/2002, houve um crescimento de 3,3%. (Tabela 1).

Tabela 1 – Evolução do PIB trimestral a preços básicos – Brasil e Ceará – 2002-2003

Setor de Atividade	2002.IV	2003.I	2003.II	2003.III	2003.IV
<b>Ceará</b>					
Agropecuária	28,7	4,1	5,0	12,7	1,1
Indústria	2,4	-1,8	-4,9	-3,0	-5,4
Serviços	1,5	-0,4	-0,1	0,0	0,9
PIB a Preços Básicos	3,3	-0,7	-1,5	0,1	-1,4
<b>Brasil</b>					
	2002.IV	2003.I	2003.II	2003.III	2003.IV
Agropecuária	3,2	10,6	7,3	-2,8	4,8
Indústria	8	3,3	-3,5	-1,6	-1,7
Serviços	1,8	0,2	-0,3	-0,8	0,3
PIB a Preços Básicos	4,1	2	-0,7	-1,2	-0,1

Fonte: IPECE e IBGE.

Setorialmente, a agropecuária cearense apresentou uma taxa positiva de 1,1%, a indústria -5,4% e os serviços, registraram resultado positivo de 0,9%.

Assim, o pequeno crescimento da agropecuária (1,1%), no quarto trimestre/2003, pode ser explicado pelo período de entressafra de alguns produtos que pesam na produção agrícola, aliada a queda na produção de aves, de 8,4%, no período em análise.

A indústria, que é composta por quatro ramos, registrou uma queda de 5,4%, pois três segmentos registraram taxas negativas: extrativa mineral (-18,1%), construção civil (-11,3 %) e transformação (0,7%). Somente a indústria de serviços de utilidade pública, energia, água e gás, registrou taxa positiva de 5,9%, tendo em vista seu pequeno peso na formação da indústria total, teve pouco influência no resultado global.

No que tange aos serviços, no 4 trimestre/2003 sobre o mesmo período de 2002, apresentou uma taxa positiva de 0,9%. Este resultado, apesar de positivo não foi suficiente para cobrir a acentuada queda na indústria (-5,4%). Os serviços cresceram em função do desempenho positivo dos segmentos: comércio (0,7%), alojamento e alimentação (3,7%) e aluguéis (1,1%). Por sua vez, os segmentos transporte, comunicação e instituições financeiras registraram quedas de, respectivamente, -6,1%, -3,6% e -1,4%.

## **1.2 Resultados Acumulados no Ano**

O desempenho da economia cearense, em 2003, foi influenciado em parte pelas turbulências enfrentadas pela economia brasileira, sobretudo no segundo semestre de 2002, como a elevação da taxa de juro e desvalorização do real.

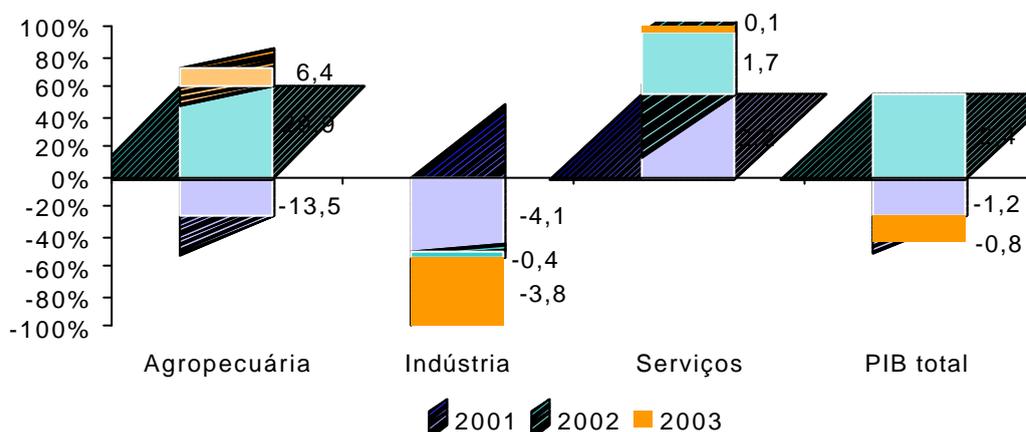
Com estas restrições, aliadas a dificuldades enfrentadas também no plano local, como redução da atividade de algumas indústrias importantes como a da construção civil, têxtil e vestuário e artefato de tecido, a economia cearense não conseguiu apresentar um desempenho favorável em 2003.

De acordo com estimativas preliminares realizadas pelo IPECE, o PIB estadual experimentou uma redução de 0,8%, comparativamente ao ano de 2002. Em nível de Brasil, o PIB a preços de mercado, que inclui os impostos menos os subsídios, registrou uma queda de 0,2% contrariando a previsão de crescimento de 0,4% para 2003.

O comportamento do PIB o Estado é fundamentalmente explicado pelo desempenho da economia nacional. No Ceará, o Capital é muito escasso, o que resulta num elevado retorno marginal do mesmo. Desse modo, da mesma forma que é natural a economia local crescer acima da nacional, em momentos de expansão econômica, em momento de retração o inverso deve acontecer.

Em resumo, o Estado pagou um preço elevado por conta do fraco desempenho da economia nacional.

Gráfico 1 – Evolução do PIB trimestral a preços básico – Ceará 2001-2003



Fonte: IPECE.

A agropecuária cearense fechou o ano com uma taxa positiva de 6,4%. O resultado foi influenciado pelas lavouras, uma vez que a produção animal registrou queda na avicultura de 15%.

A indústria total acusou uma queda de -3,8%, em 2003 sobre 2002. O desempenho negativo decorreu dos resultados das indústria de construção civil, extrativa mineral e transformação com taxas de: -8,7%, -3,4 e -1,5%, respectivamente. Enquanto a indústria de utilidade pública, energia, água e gás, registrou taxa anual positiva de 10,9% sobre 2002. Este resultado foi influenciado pelo aumento verificado no consumo de energia elétrica (7,0%), no volume de água faturada (3,0%) e no consumo de gás natural (61,2%).

Particularizando o desempenho da indústria da construção civil, este segmento vem registrando resultados negativos a mais de três anos. Tal comportamento é explicado, em parte, pela desaceleração das obras públicas, associado à elevação das taxas de juros, menor disponibilidade de recursos para financiar a aquisição de imóveis à população, além da redução na renda pessoal que influencia negativamente as pequenas construções e reformas em residências, que têm peso no segmento.

Reforçando o comportamento da construção civil, no Ceará, o consumo de cimento, indicador que mede a tendência do segmento, acusou um recuo de -18,0%, em 2003 sobre 2002.

Outros indicador que sinaliza o desempenho do segmento da construção é geração de emprego, que segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), houve desativação de 1.402 postos de trabalho, significando uma queda anual de 4,5% sobre o ano de 2002.

Quanto aos serviços, o PIB a preços básicos apresentou uma taxa positiva de 0,1%, em 2003 sobre 2002, embora pequena, a taxa positiva contribuiu para evitar uma queda mais acentuada no PIB total, tendo em vista que os serviços pesam em torno de 56%.

Foram destaques, no ano, com resultados positivos os segmentos de alojamento e alimentação (3,6%), aluguéis (0,2%). O desempenho do setor serviços somente não foi positivo, em função de quedas verificadas em transportes (-8,9%), comércio (-4,6%) e comunicação (-1,6%).

## 2 DESEMPENHO SETORIAL

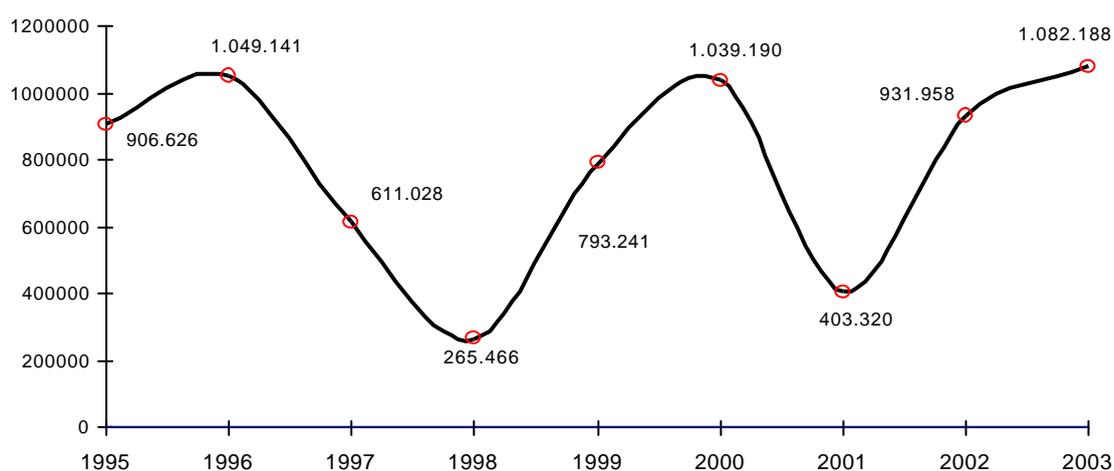
### 2.1 Agropecuária

A análise do comportamento da oferta de grãos de 2003, conforme estimativa do IBGE – Levantamento Sistemática de produção Agrícola, mostra que a produção de grãos do Ceará, indicou um incremento de 16,12%, passando de 931 para 1.088 mil toneladas de grãos, constituindo-se na maior safra desde 1947. (Gráfico 2).

O incremento na produção de grãos foi gerado, sobretudo, pelo aumento de 23,94% na safra de arroz, 4,6% na safra de feijão, e 18,41% de aumento na safra de milho. Destacando a produção de milho, que representa 69,17% de todo grão produzido no Estado, passou de 629 mil toneladas, em 2002, para 745 mil toneladas, em 2003, o aumento na produção foi motivado por melhores preços e maior utilização de sementes híbridas.

A primeira estimativa para a safra de grãos para o ano de 2004, elaborada pelo Grupo de Estatísticas Agropecuárias do Ceará (GCEA-CE) é de 1,351 milhão de grãos produzidos em uma área de 1,382 milhão de hectares.

Gráfico 2 - Produção de grãos em toneladas - Ceará – 1995-2003



Fonte: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA - IBGE.

No segmento da fruticultura, o crescimento de 2003 em relação a 2002, foi de 8,91%, passando de 897 mil toneladas de frutos para 977 mil

toneladas, com uma área plantada de 463 mil hectares em 2003. Na fruticultura os destaques em crescimento da produção ficaram com: o maracujá (81,11%), a goiaba (46,61%), a melancia (44,41%) e o mamão (40,59%). E entre as frutas com maior produção, estão: a banana (341 mil toneladas), o coco (217 mil frutos), a castanha de caju (107 mil toneladas) e o melão (99 mil toneladas).

No que se refere à produção animal, as informações da Associação dos Avicultores do Ceará (ACEAV) mostram que a oferta de frango comercial caiu 8,42% no 4º trimestre/2003 sobre o 4º trimestre/2002 e a oferta de ovos caiu em 23,88%, no mesmo período. A avicultura fechou o ano de 2003 com uma produção de 101,47 mil toneladas, sendo esta 15% menor do que o ano de 2002 (119,52 mil toneladas). Com relação a oferta de ovos comerciais, o ano de 2003, apresentou uma queda de 20,20%, passando de 70,03 para 55,88 mil de dúzias em 2003.

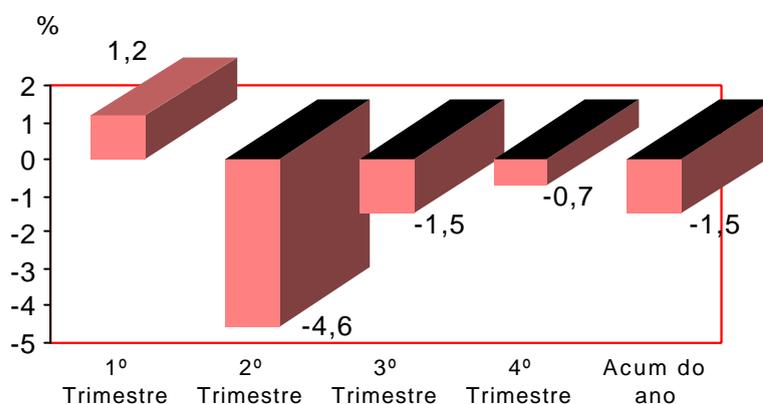
Quanto à carcinicultura cearense, foi exportado, no 4º trimestre/2003, um volume de 4.952 mil toneladas, significando uma variação positiva de 22,73% sobre 2002. No ano, as exportações atingiram 20,13 mil toneladas de camarão, correspondendo a uma receita de US\$ 80,9 milhões, ou 48,15% a mais que a registrada em 2002. Segundo a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE, no Ceará a principal espécie cultivada é a *Litopenaeus vannamei*, com excelente aceitação de mercado.

A atividade de carcinicultura, no Ceará, está concentrada na região litorânea, tendo em vista apresentar condições ambientais mais favoráveis ao seu desenvolvimento. Assim, o camarão em cativeiro é feito nos mananciais com influência de água salinas, como nos rios Barra Grande, Jaguaribe, Pirangi, Mal Cozinhado, Choró, Pacoti, Ceará, Mundaú, Curu, Coreaú, Remédios, Timonha, Acaraú/Zumbi, embora o cultivo de camarão de água doce já venha sendo realizado em alguns rios como o rio Jaguaribe.

## 2.2 Indústria

A indústria cearense amargou queda na produção nos três últimos trimestres de 2003. Assim, somente, no 1º trimestre/2003, houve crescimento na produção industrial, de 1,2% relativamente a igual período de 2002, como mostra o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Evolução da produção industrial por trimestre – Ceará 2003



Fonte: PIM-PF/IBGE.

Os fatores explicativos para o fraco desempenho da indústria em 2003, estão relacionadas a taxa de juros que continuam elevadas, o que tem reduzido a capacidade de investimento do setor produtivo e inibido o consumo privado face ao reduzido poder aquisitivo da população. Assim, o 3º trimestre do ano, quando geralmente ocorrem as encomendas do comércio às indústria, e que se espera resultados positivos na economia, registrou uma queda de 1,5%, maior do que a redução do 4º trimestre/2003, de -0,7%. Diante desses eventos, o mercado interno manteve-se apático durante o ano de 2003, ao contrário do comércio exterior que acumulou um crescimento de 39,90%.

Na comparação anual, a indústria de transformação cearense fechou o ano de 2003 com resultados negativos. A produção industrial registrou uma queda 1,45% sobre 2002, inferior a taxa verificada na indústria

nacional (0,3%), de acordo com a pesquisa industrial mensal realizada pelo IBGE. (Tabela 2).

O desempenho negativo da indústria cearense foi influenciado, sobretudo, pelas quedas verificadas em mineral não-metálico (-15,9%) e têxtil (-4,4%). (Tabela 2).

O baixo rendimento da indústria de mineral não-metálico decorreu em função do declínio na produção de cimento, e a indústria têxtil teve seu desempenho determinado pelo recuo na produção de fio de algodão cru, segundo a mesma pesquisa.

O comportamento da indústria têxtil merece uma explicação adicional, pois, geralmente, no último trimestre, algumas indústrias têxteis dão férias coletivas a seus funcionários e, com isso sua produção física é menor que nos demais meses do ano. Assim, as indústrias têxteis, para honrar seus compromissos, ela intensifica sua produção em meses anteriores, daí o 4º trimestre/2003 ter sido negativo para essa atividade, e, como tem peso significativo dentro da indústria de transformação, influenciou negativamente o resultado geral de -1,45%.

Tabela 2 - Evolução da produção física da indústria, taxas de crescimento (%) por atividade - Ceará - 2002-2003

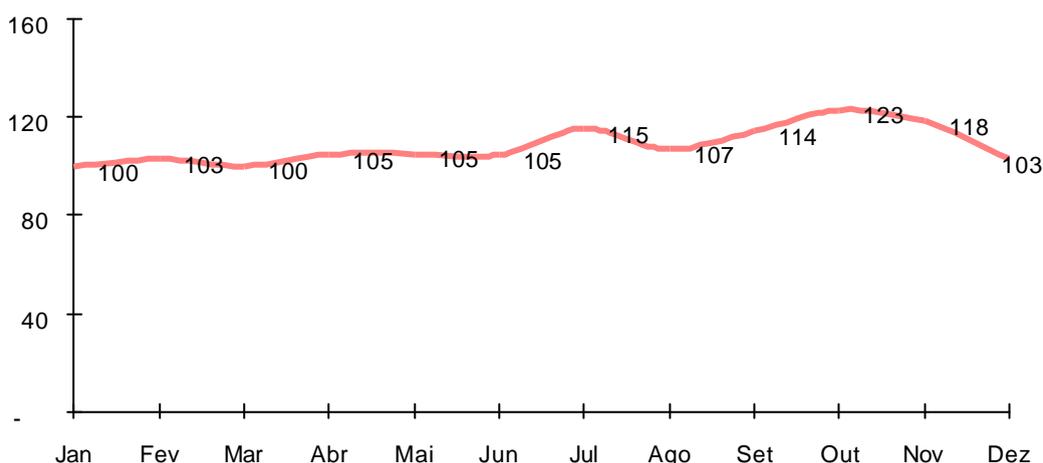
Gêneros	Taxa de Variação (%)	
	Mensal	Acumulado
	Dez.-2003/Dez.-2002	no Ano
Indústria de Transformação	-0,49	-1,45
Min. não-Metálico	-9,69	-15,93
Metalúrgica	15,33	-4,18
Mat. Elét. de Comunicação	7,68	43,56
Couro e Pele	4,50	1,80
Química	-18,46	-7,75
Farmacêutica	-64,17	-4,37
Perfumaria, Sabão, Vela	-2,67	-10,08
Produto de Mat. Plástica	-0,97	-8,52
Têxtil	-10,72	-4,44
Vest., Calç. Artif. de Tecido	-15,99	-2,49
Produto Alimentar	7,95	3,24
Bebida	12,92	-1,94

Fonte: PIM-PF/IBGE.

Em termos monetários, as vendas da indústria de transformação cearense, medidas pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), geraram um faturamento, em termos reais, menor em 1,89%, ao registrado em 2002. Reforçando o desempenho negativo verificado na produção física da indústria cearense (-1,45%).

Analisando os resultados mensais da indústria, em 2003, tomando-se o mês de janeiro como base=100, tem-se um crescimento acumulado de 3%, como pode ser visto no Gráfico 4. Observa-se, ainda, que a indústria obteve seus menores níveis de produção, com taxas negativas, nos meses de novembro e dezembro, de -3,82% e -12,86%, respectivamente.

Gráfico 4 - Índices da Produção física mensal – Ceará - Janeiro a Dezembro/2003 - (Janeiro/03=100)



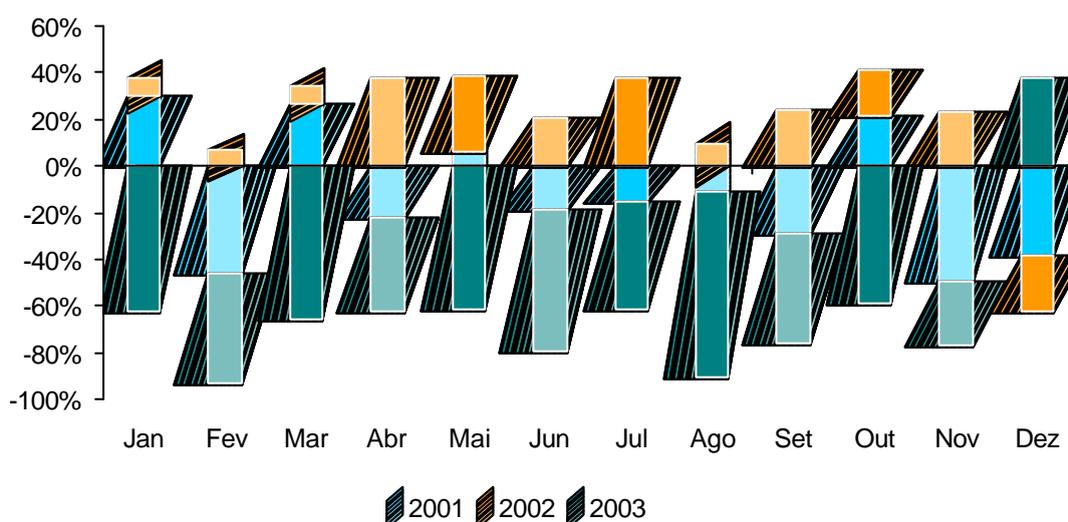
Fonte: PIM-PF/IBGE.

O comportamento da indústria, no segundo semestre/2003, frustrou as expectativas da economia cearense de fechar o ano com taxa positiva. O resultado observado, contraria a tendência histórica de que no segundo semestre de cada ano, ocorria um maior dinamismo na economia, em nível local e nacional, movido pelas comemorações de final de ano, injeção de recursos advindo do pagamento do 13º salário, gratificações dentre outras fontes.

### 2.3 Comércio varejista

O comércio varejista do Ceará registrou, ao longo do ano de 2003, taxas negativas em suas vendas reais, com exceção para o mês de dezembro que registrou um aumento de 3,29% sobre igual mês de 2002. No acumulado do ano de 2003, o faturamento real conseguido pelo comércio varejista cearense foi 5,92% menor que o obtido em 2002. Observando-se o Gráfico 5, percebe-se que em 2002, ocorreu o inverso de 2003, naquele ano, o único mês com resultado negativo foi o de dezembro (-2,13%), acumulando uma taxa positiva de 2.30%.

Gráfico 5 – Comércio Varejista, Faturamento Real (%) – Ceará  
2001-2003



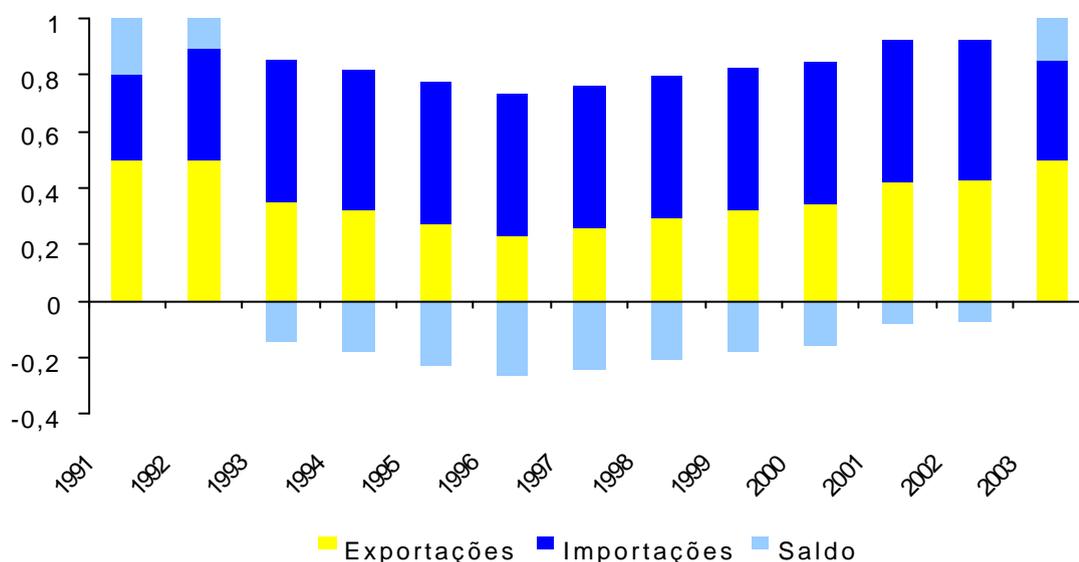
Fonte: IBGE.

Na análise comparativa anual, o comércio varejista, registrou uma retração de 5,92% em suas vendas reais sobre 2002, em função de reduções ocorridas nos segmentos: hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-10,23%), combustíveis e lubrificantes (-9,75%), demais artigos (-5,05%) e móveis e eletrodomésticos (-0,80%). O desempenho do comércio varejista cearense, em 2003, vem seguindo a mesma tendência declinante verificada no comércio em nível nacional, que obteve queda de 3,68% sobre 2002.

## 2.4 Comércio Exterior

No setor externo, o Ceará acompanhou a mesma trajetória de crescimento verificada no país. A balança comercial apresentou um saldo positivo de US\$ 220,2 milhões, em função das exportações que cresceram 39,9%, em 2003 sobre 2002, atingindo um valor recorde de US\$ 760,9 milhões. Por seu turno, as importações decresceram em 14,96%, no mesmo período, totalizando um valor de US\$ 540,8 milhões. (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Evolução da balança comercial – Ceará - 1991-2003  
(US\$ Milhões/FOB)



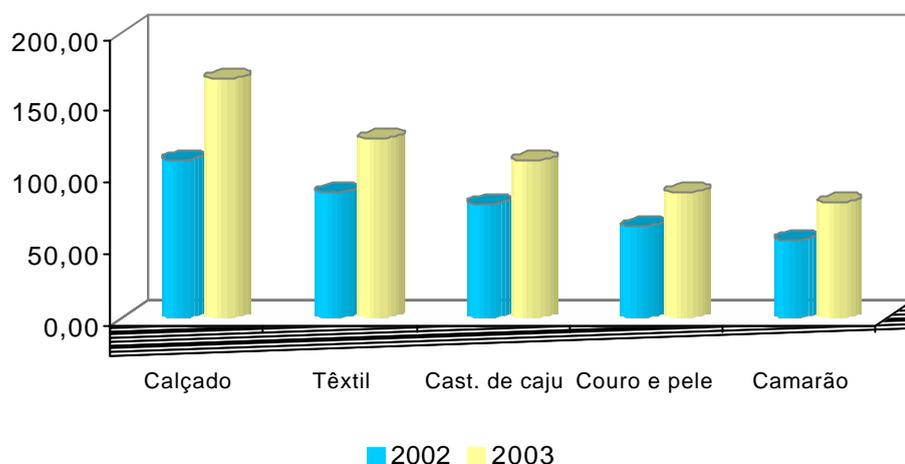
Fonte: SECEX/MDIC.

(\*) Dados sujeitos a modificações.

Este resultado deveu-se, sobretudo, ao desempenho das exportações de produtos industrializados, que alcançaram o valor de US\$ 498,7 milhões, significando um crescimento de 48,58% e representando cerca de 65,5% do total exportado pelo Estado. Os produtos básicos, com menor participação (34,5%), totalizaram uma receita de US\$ 254,3 milhões, 29,0% a mais que o valor total exportado em 2002. Referida expansão reflete os efeitos da safra agrícola de 2003, que favoreceram fortemente às vendas externas de produtos de origem agrícola, especialmente a amêndoa da castanha de caju (14,5%), melão (2,4%) e cera vegetal (1,4%).

Os resultados das exportações cearenses, em 2003 sobre 2002, por produtos, estão relacionados, sobretudo, aos valores alcançados com as vendas de calçado (US\$ 167,5 milhões), têxtil (US\$ 125,2 milhões), amêndoa da castanha de caju (US\$ 109,9 milhões), couro e pele (US\$ 87,6 milhões) e camarão (US\$ 80,6 milhões). (Gráfico 7).

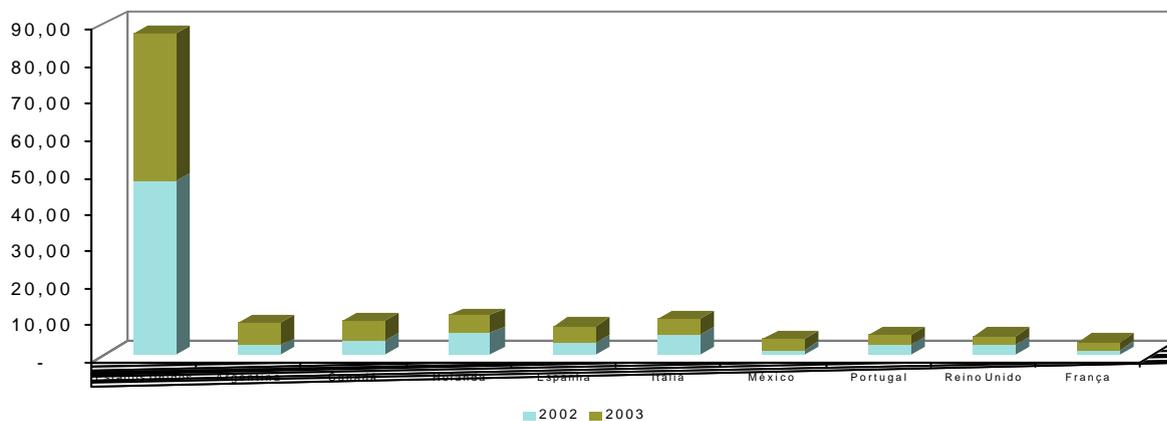
Gráfico 7 – Exportações dos principais produtos – Ceará – 2002-2003



Fonte: SECEX/MDIC.

As exportações não só cresceram para mercados tradicionais, como Estados Unidos (19,6% %) e Argentina (226,4%), como também para países com menor participação, como Hong Kong. Este país ampliou suas compras ao Ceará em 1.437%, em 2003 sobre 2002.

Gráfico 8 – Participação das exportações dos principais países Ceará - 2002-2003



Fonte: SECEX/MDIC.

Além de Hong Kong, os países República Dominicana, Panamá, México, Espanha e Canadá, também, registram ampliação significativas de suas compras ao Ceará, respectivamente, de 333,7%, 192,4%, 178,0%, 107,3% e 107,1%.

Esses resultados sugerem que os empresários cearenses não somente diversificaram seus produtos, mas também ampliaram o número de parceiros, com a conquista de novos mercados.

Os resultados obtidos pelas exportações cearenses, em 2003, colocaram o Estado na 2ª posição em relação ao Nordeste, com uma participação de 12,5%, ficando atrás apenas da Bahia (53,4%). Em relação ao Brasil, em 2003, o Ceará permaneceu na 13ª posição. O Estado participou com 1,04% das exportações brasileiras.

O desempenho negativo (-14,96%) das importações cearenses, em 2003, foi influenciado pela queda nas importações de petróleo e derivado (-44,1%), grupos eletrogêneos (-37,5%), trigo (6,2%) e laminado de ferro/chapas (-4,0%).

A queda das importações não foi mais acentuada em virtude de aumentos verificados na compra de algodão (187,6%), óleo de soja (31,0%) e papel jornal (13,1%).

Em termos de países de origem, historicamente, a Argentina liderava a pauta de importações cearense como maior parceiro. Com a crise econômica, agravada nos anos 2000 e 2001, o país platino perdeu essa liderança para os Estados Unidos, retornando em 2002 a primeira posição. Em 2003, além de liderar a lista dos maiores vendedores para o Estado, ganhou participação no total importado passando de 17,1% (2002) para 22,0%, registrando um aumento de 9,1% sobre as importações de 2002.

O Estado do Ceará comprou da Argentina: trigo, tereftalato de polietileno, gasolina para aviação, fibras de poliésteres e óleo de soja/girassol. Por sua vez, os Estados Unidos perdeu a posição de segundo

lugar, em 2003, para o Japão, que apresentou um significativo aumento de 3.508,1%, passando de uma participação ínfima de 0,51% (2002) para 21,7%, muito próxima da participação da Argentina. Este evento deveu-se a aquisição dos produtos: teares para tecidos, máquinas para bordar, policarbonatos em forma primárias, outros grupos eletrogêneos. (Tabela 3).

Tabela 3 - Importações por países selecionados - Ceará  
2002-2003 (\*)

Países	Importações				Var. % 2003/02
	2002		2003		
	US\$ 1,00/FOB	Part. (%)	US\$ 1,00/FOB	Part. (%)	
Argentina	108.769.846	17,10	118.709.193	21,95	9,14
Japão	3.252.053	0,51	117.336.685	21,70	3.508,08
Estados Unidos	217.577.636	34,22	83.848.468	15,51	-61,46
China	19.695.076	3,10	27.307.281	5,05	38,65
Bélgica	1.588.933	0,25	23.051.637	4,26	1.350,76
Itália	23.474.139	3,69	20.444.844	3,78	-12,90
Coveite	---	---	15.578.326	2,88	---
Canadá	5.849.156	0,92	14.504.860	2,68	147,98
Alemanha	78.969.567	12,42	11.891.205	2,20	-84,94
Paraguai	7.231.020	1,14	10.270.579	1,90	42,03
Taiwan (Formosa)	12.429.602	1,95	9.775.980	1,81	-21,35
Grécia	18.623	0,00	7.531.000	1,39	40.339,24
Polônia	190.317	0,03	6.675.406	1,23	3.407,52
México	2.925.442	0,46	6.486.667	1,20	121,73
África do Sul	5.029.551	0,79	6.386.486	1,18	26,98
Colômbia	1.823.347	0,29	5.956.122	1,10	226,66
Índia	21.097.393	3,32	5.903.054	1,09	-72,02
França	4.194.480	0,66	4.546.152	0,84	8,38
Espanha	1.851.438	0,29	4.281.174	0,79	131,24
Venezuela	55.358.626	8,71	3.994.280	0,74	-92,78
Demais	64.583.410	10,16	36.280.904	6,71	-43,82
Total	635.909.655	100,00	540.760.303	100,00	-14,96

Fonte: SECEX/MDIC.

(\*) Dados sujeitos a modificações.

Outros países com menor participação nas importações cearenses, apresentaram taxas elevadas de crescimento, como: Grécia (40.339,2%), Polônia (3.407,5%), Bélgica (1.350,8%). Mais detalhes podem ser vistos na Tabela 3.

De qualquer forma, o fraco desempenho das importações reflete, em grande medida, o menor dinamismo da economia cearense no decorrer do ano passado.

## 2.5 Mercado de Trabalho

A análise dos dados referentes ao mercado formal de trabalho, disponíveis no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (CAGED), mostram que o emprego formal no Ceará cresceu 3,29%, em 2003 sobre 2002.

Por esses dados, observa-se que apesar do fraco desempenho econômico em 2003, sobretudo, a partir do segundo semestre/2003, houve geração de 18.645 novos postos de trabalho no Ceará, motivada pela indústria de transformação (4.480 novos postos de trabalho), comércio (4.501 novos postos de trabalho) e Alojamento e Alimentação (3.280 novos postos).

Destacando a indústria de transformação, algumas atividades apresentaram incremento de postos de trabalho, como no caso calçado e produto alimentício e bebida, que registraram os maiores acréscimos de 6,05% e 5,42%, respectivamente, sobre o número de emprego celetista ocorrido em 2002.

Percebe-se que os setores que apresentaram ampliação nos postos de trabalho são, em grande maioria, aqueles que direcionaram parte de sua produção ao mercado externo, que se mostrou mais promissor do que o interno, em 2003.

No tocante ao segmento alojamento e alimentação, a expansão de novos postos está relacionada com a expectativa do período de alta estação turística, no Ceará, em 2003.

Quanto ao comércio, houve expectativas de melhoras nas vendas, nos últimos meses do ano, em função das comemorações natalinas e de injeção de novos recursos na economia derivada da liberação da segunda parcela do 13º salário e, em alguns casos, do FGTS.

Pode-se, também, acrescentar o efeito psicológico da queda dos juros (Selic) que sinaliza o preço das compras a crédito, tendo em vista que essa redução nos juros tem efeito tardio.

Destacaram-se, em 2003, com saldos positivos, as atividades ligadas aos Serviços (com +7.258 postos de trabalho), a Indústria de Transformação (com +2.598 postos de trabalho), agropecuária (com +1.225 postos de trabalho) e o Comércio (com +711 postos de trabalho).

Os saldos negativos, ocorridos no período em análise, ficaram por conta das indústrias de construção civil (-886), extrativa mineral (-162) e serviços industriais de utilidade pública (-19), conforme pode ser visto na Tabela 4.

Tabela 4 – Evolução do Emprego Formal – Ceará 2003

Atividades	Geração de Postos de Trabalho
Extração Mineral	-92
Transformação	4.480
Têxtil e Vestuário	-783
Calçados	2.201
Alimentício Bebida	1.799
Material Elétrico e Comunicação	309
Material de Transporte	73
Serv. Ind. de Utilidade Pública	-79
Construção Civil	-1.402
Comércio	4.401
Varejista	4.009
Atacadista	492
Instituições Financeiras	-158
Transporte e Comunicação	2.080
Alojamento e Alimentação	3.280
Administração Pública	119
Médicos e Odontológicos	418
Ensino	876
Adm. de Imóveis	3.118
Agropecuária	1.433
Outros	29
<b>Total</b>	<b>18.645</b>

Fonte: CAGED/MTE

Segundo a pesquisa do SINE/IDT, para Fortaleza, a taxa de desemprego aberto, em 2003, foi de 15,27%, superior à taxa ocorrida em 2002, 14,47%. Vale lembrar que este indicador significa as pessoas que

procuram trabalho pela primeira vez, acrescida das pessoas anteriormente ocupadas. Essa taxa representou 147.577 pessoas nesse condição, em dezembro de 2003.

No que se refere a ocupação, a taxa de dezembro/2003 foi de 39,16%, menor que a indicada em dezembro/2002, 40,13%. A ocupação informal caiu, de 51,88 (dez/2002) para 51,55% em 2003, significando um número menor de pessoas nessa categoria, 421.978. Tal comportamento comprava o aumento do trabalho formal indicado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, através do CAGED.

Tabela 5 - Indicadores do Mercado de Trabalho - Fortaleza - 2003

Discriminação	Dezembro		
	2002	2003	
	Taxa	Taxa	Absoluto
Pop. Economic. Ativa	47,67	46,85	979.279
Ocupação	40,13	39,16	818.580
Ocupação Informal	51,88	51,55	421.978
Desemprego Aberto	14,47	15,27	147.577
Desemprego Cessante	10,89	11,07	101.946
Desemprego Não Cessante	4,49	5,28	45.631
Pop. Não Economic. Ativa	52,33	53,15	1.110.964

Fonte: Pesquisa Direta - IDT.

## 2.6 Turismo

Segundo a Secretaria de Turismo do Estado (SETUR) a demanda turística, via Fortaleza, decresceu em 4,6%, em 2003 sobre 2002, perfazendo um total de 1,55 milhão de visitantes. Vale ressaltar que desse total, 829,20 mil hospedaram-se em hotéis, registrando uma queda de 1,0% na demanda hoteleira, no período em análise, conforme pode ser observado na Tabela 6. A taxa média de ocupação subiu 53,8% de 52,1%, em 2002, para 55,5%, em 2003.

Tabela 6 - Demanda o oferta hoteleira - Fortaleza  
2002-2003

Meses	Demanda Hoteleira			Demanda Turística via Fortaleza		
	2002	2003	Var. %	2002	2003	Var. %
Janeiro	103.542	103.689	0,1	201.828	198.638	-1,6
Fevereiro	58.191	58.052	-0,2	114.450	109.532	-4,3
Março	55.827	56.362	1,0	108.659	104.373	-3,9
Abril	55.096	56.005	1,6	106.838	107.702	0,8
Maiο	61.916	56.371	-9,0	123.832	108.405	-12,5
Junho	62.643	58.431	-6,7	124.787	112.367	-10,0
Julho	90.534	84.083	-7,1	173.436	155.709	-10,2
Agosto	66.523	65.755	-1,2	125.043	119.555	-4,4
Setembro	66.935	61.610	-8,0	131.245	115.160	-12,3
Outubro	66.222	66.334	0,2	128.586	127.566	-0,8
Novembro	69.344	72.511	4,6	130.838	135.535	3,6
Dezembro (*)	80.739	90.000	11,5	159.880	160.000	0,1
Total	837.512	829.203	-1,00	1.629.422	1.554.542	-4,6

Fonte: SETUR. (\*) Dados Preliminares Dezembro/2003.

## 2. 7 Preços

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), medido pelo IBGE para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) registrou em 2003 uma taxa positiva de 10,07%, inferior à taxa de ocorrência de 2002, 16,73%. Contribuiu para o Índice fechar o ano em dois dígitos, a taxa positiva de dezembro/2003, 1,30%, em decorrência dos aumentos verificados em alguns preços dos grupos: despesas pessoais (1,41%), habitação (1,31%) e vestuário (1,26%).

Na comparação com o resultado nacional e as demais capitais pesquisadas pelo IBGE, a Região Metropolitana de Fortaleza, registrou a 5ª variação mais baixa do ano, conforme mostra a Tabela 7.

Tabela 7 – Evolução do INPC por regiões metropolitanas pesquisadas

Regiões	Variação Acumulada (%)	
	2002	2003
Brasília	16,32	12,33
Belo Horizonte	13,95	12,09
Salvador	15,06	11,92
Goiânia	16,47	11,50
Rio de Janeiro	15,32	11,13
Recife	16,86	11,03
Fortaleza	16,73	10,07
Belém	16,90	9,94
Porto Alegre	14,99	9,83
São Paulo	12,67	9,36
Curitiba	14,74	7,47
Brasil	14,74	10,38

Fonte: IBGE.

O índice de 2003, em termos de grupos, foi influenciado pelas variações evidenciadas na Tabela 8.

Tabela 8 - Evolução do INPC por grupos - Região Metropolitana de Fortaleza - 2003

Grupos	Peso (%)	Variação Mensal (%)		Variação Acumulada no Ano (%)
		2003		
		Novembro	Dezembro	
Índice geral	100	0,28	1,30	10,07
Alimentação e bebidas	38,04	0,20	0,46	6,71
Habitação	14,63	-0,18	1,31	13,57
Artigos de residência	6,27	0,54	0,68	6,82
Vestuário	6,21	0,90	1,26	10,07
Transportes	14,39	-0,01	4,9	13,99
Saúde e cuid. pessoais	8,54	0,74	-0,02	12,91
Despesas pessoais	6,79	1,41	1,41	9,58
Educação	3,01	-0,02	0,38	12,93
Comunicação	2,12	-0,49	0,27	19,01

Fonte: IBGE.

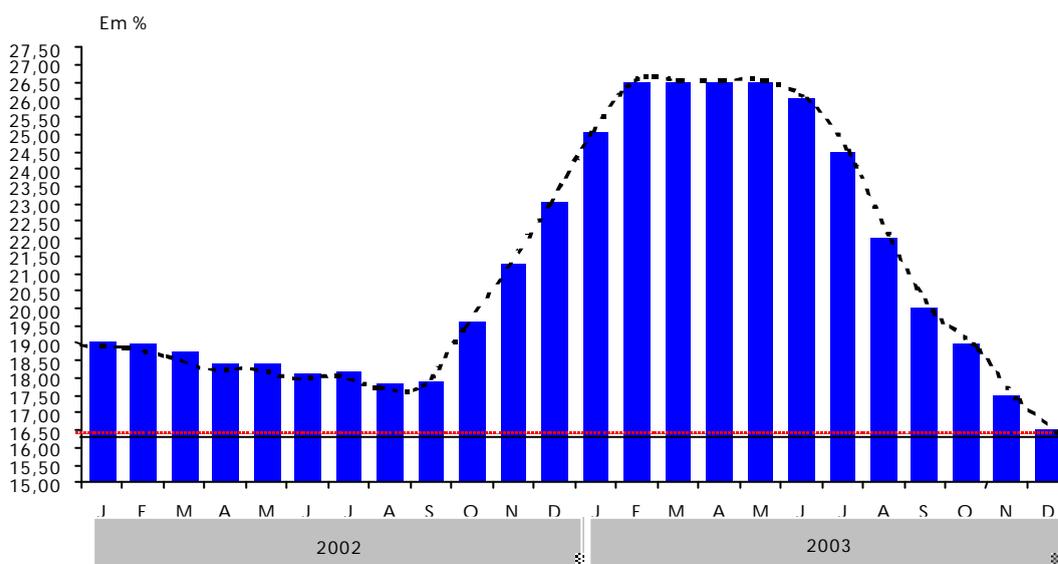
## 2.8 Juros e Câmbio

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, decidiu em reunião nos dias 16 e 17 de dezembro de 2003, reduzir a taxa de juros

Selic em 1,0 ponto percentual, fixando-a em 16,5% ao ano. A decisão tomou como base a “avaliação das perspectivas favoráveis para a trajetória da inflação, a recuperação balanceada da atividade e o quadro externo favorável fizeram com que os membros do Comitê decidissem prosseguir com o processo de flexibilização da política monetária”.

Essa foi a sétima vez consecutiva que o Copom promoveu um corte de juros. Com a redução, a Selic acumulou uma queda de 10,0% no ano de 2003. Trata-se da menor taxa desde de abril de 2001. A trajetória de queda da taxa de juros afeta, positivamente, o nível de atividade econômica e os resultados das contas do setor público, reduzindo o custo de seu endividamento. No caso do Ceará, 3,68% da dívida é indexada a taxa Selic. O Gráfico 9, mostra a evolução da taxa Selic no período 2002-2003.

Gráfico 9 - Evolução da taxa de Juros Selic – 2002-2003



Fonte: Banco Central do Brasil.

No que se refere ao comportamento do câmbio, o dólar comercial para venda, registrou uma queda de 18,23%, no ano de 2003, conforme mostra o Gráfico 10.

O real, ao longo do ano, tem se valorizado frente ao dólar, em função, sobretudo, da entrada de moeda americana na economia

nacional através da balança comercial, entrada de capital e empréstimos (captação).

Gráfico 10 Cotação diária - dólar comercial venda - 2002/2003.



Fonte: Banco Central do Brasil

Elaboração: IPECE/Diretoria de Macroeconomia.

### 3 FINANÇAS PÚBLICAS

#### 3.1 Resultado Fiscal

Em 2003, o Ceará, acumulou um superávit primário de R\$ 86,75 milhões, equivalentes a 0,34% do PIB estimado para 2003. Esse resultado, ainda em dados preliminares, supera o verificado no mesmo período de 2002, quando o estado acumulou um superávit de R\$ 24,38 milhões, o que representava 0,10% do PIB, conforme mostra a Tabela 9.

Tabela 9 - Resultado Primário - Ceará – 2002-2003.

ESPECIFICAÇÃO	Valores em R\$ Milhões	
	2002	2003
1. RECEITA TOTAL	4.947,90	5.324,26
1.1. Receitas Correntes	4.628,49	4.865,28
1.1.1. Receita Tributária	2.580,70	2.835,40
1.1.2. Transferências Correntes	1.675,70	1.731,19
1.2. Receitas de Capital	319,41	458,98
1.2.1. Op. De Crédito Interna	24,40	40,89
1.2.2. Op. De Crédito Externa	193,50	232,44
1.2.3. Transferências de Capital	83,00	66,36
2. DEDUÇÕES	1.008,37	1.093,68
2.1. FUNDEF - Municípios	340,85	376,00
2.2. Transferência à Municípios	667,52	717,68
3. RECEITA LÍQUIDA DO TESOURO	3.939,53	4.230,58
4. DESPESA TOTAL	4.292,90	4.426,23
4.1. Despesa Corrente	3.002,80	3.284,83
4.1.1. Pessoal e encargos	2.006,42	2.181,30
4.1.2. Sentenças Judiciais	26,40	9,49
4.1.3. Juros da Dívida	295,01	305,39
4.1.4. Despesas Correntes	674,97	788,65
4.2. Despesa de Capital	1.290,10	1.141,40
4.2.1. Investimento + Inversão + ODC	921,75	759,44
a) Fonte Tesouro	640,34	430,83
b) Outras Fontes	281,41	328,61
4.2.2. Amortização da Dívida	368,35	381,96
RESULTADO PRIMÁRIO	24,38	86,75
RESULTADO PRIMÁRIO EM % DO PIB	0,10%	0,34%

Fonte: SEFAZ, SEPLAN e IPECE.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

### 3.2 Dívida Pública

Em dezembro/2003, a dívida do estado totalizava o valor de R\$ 4,37 bilhões. Em relação a dezembro de 2002, a mesma sofreu uma redução de R\$ 454,50 milhões, em decorrência, basicamente, das amortizações do principal e do efeito da valorização cambial sobre o seu estoque. No período, a dívida atingiu a relação de 1,05 da Receita Corrente

Líquida (RCL), significando uma folga no nível de endividamento do estado, cujo limite máximo é de até duas vezes a RCL, conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal, indicando que o endividamento estadual poderia ir até o valor de R\$ 8,29 bilhões.

Tabela 10 - Dívida total e receita corrente líquida – Ceará – 2002-2003

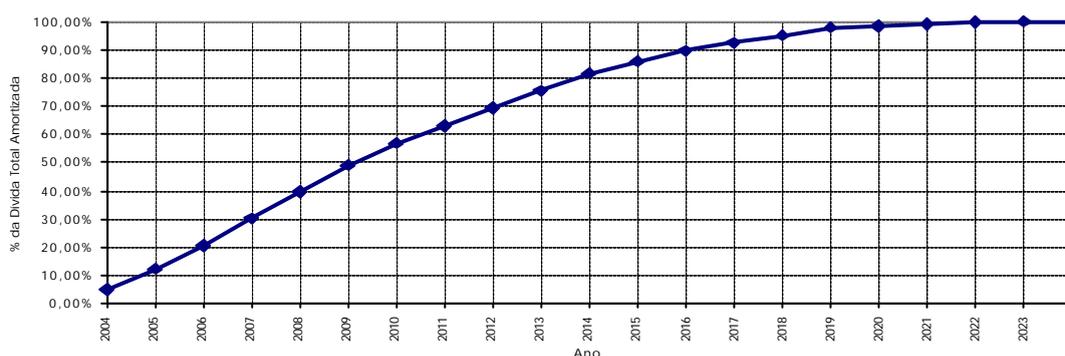
DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ MIL)		
	2002	2003 (1)	Var. (%)
Dívida interna	3.019.939	2.788.428	-7,67
Dívida externa	1.807.452	1.584.466	-12,34
Dívida total	4.827.391	4.372.894	-9,41
Receita corrente líquida (RCL)	3.866.405	4.147.600	7,27
Dívida total/Receita corrente líquida	1,25	1,05	-

Fonte: SEFAZ e IPECE.

Nota (1): Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

O Gráfico 11 mostra o cronograma de amortização das dívidas interna e externa do estado, prevista para o período 2004 a 2029. Ele mostra que mesmo tendo um nível de endividamento baixo, o Ceará está sendo demandado a amortizar sua dívida em um nível muito forte e injustificável do ponto de vista de sustentabilidade fiscal.

Gráfico 11 - Dívida Interna, Externa e Amortização - Ceará - Acumulada em (%) 2004-2029



Fonte: SEFAZ e IPECE

### 3.3 Receitas

O Estado do Ceará apresentou em 2003 receita de R\$ 5,33 bilhões, inferior em 7,38%, em termos reais, à obtida em igual período de 2002. Desta receita, 91,36% procedeu de receitas correntes, as quais são constituídas em 58,29% pelas receitas tributárias.

Tabela 11 Receita administração direta – Ceará – 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ MIL)		VARIAÇÃO. (%)	
	2002 <sup>1</sup>	2003	Nominal	Real
Total	5.749.777	5.325.311	9,86	-7,38
Receitas correntes	5.341.232	4.865.311	8,05	-8,91
Receita tributaria	3.061.212	2.835.409	9,87	-7,38
Transferências correntes	1.987.647	1.731.192	3,31	-12,90
Outras receitas correntes	212.708	260.629	45,34	22,53
Receitas contribuição	75	122	93,93	63,49
Receitas patrimoniais	79.590	37.522	-44,08	-52,86
Receitas serviços	0	437	-	-
Receitas de capital	408.544	460.000	33,56	12,59
Operações de crédito	258.502	273.337	25,43	5,74
Alienação de bens	721	95.103	-	-
Transferências de capital	98.421	66.369	-20,01	-32,57
Outras receitas de capital	50.901	25.190	-41,30	-50,51

Fonte: SEFAZ/IPECE.

Nota: Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

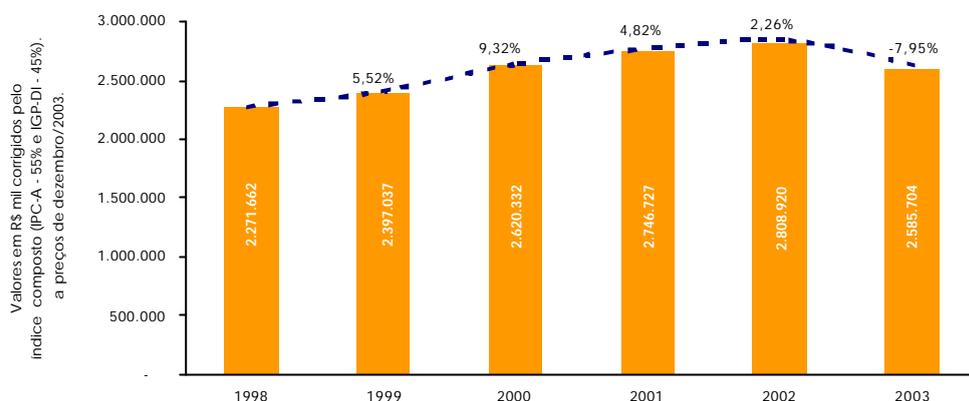
<sup>1</sup> Valores deflacionados pelo índice composto (IPC-A 0 55% e IGP-DI - 45%) a preços médios de dezembro/2003.

Ressalte-se que, no período em análise, as receitas tributárias decresceram 7,38%, em termos reais, e as transferências correntes, 12,90%. As receitas de capital, que corresponderam a 8,64% do total das receitas, cresceram 12,59% no período, em virtude do aumento nas receitas oriundas das operações de crédito e alienações de bens. Em termos reais, a queda de receita de ICMS e FPE em 2003 foi da ordem de R\$ 480 milhões.

Desagregando as receitas tributárias, tem-se o ICMS como principal tributo, representando 91,18%. Em 2003, sua arrecadação alcançou o montante de R\$ 2,59 bilhões, correspondendo a um decréscimo real de 7,96% em relação ao ano de 2002.

O Gráfico 12 mostra a evolução na arrecadação do ICMS no estado do Ceará, nos anos de 1998 a 2003. Até o ano de 2001, verificou-se uma tendência crescente na arrecadação do tributo. Todavia, a partir do ano de 2002, tem-se uma queda na arrecadação, a qual manteve-se em 2003, em função das dificuldades por que vêm enfrentando a economia cearense, face do cenário macroeconômico nacional, com reflexo direto na redução da atividade econômica e com a conseqüente queda na renda da população.

Gráfico 12 - Arrecadação do ICMS – Ceará - 1998-2003 (1)



Fonte: SEFAZ e IPECE.

Nota (1): Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

### 3.4 Despesas

No que se refere às despesas, em 2003, constatou-se uma redução da ordem de R\$ 747,16 milhões, correspondendo a um decréscimo de 11,14%, em termos reais, considerando o ano de 2002. Na composição dos gastos do estado, as despesas correntes participaram com 80,83%, registrando uma redução de 6,18%.

Tabela 12 - Despesa empenhada total administração direta e indireta Ceará – 2002-2003

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$ MIL)		VARIACÃO (%)	
	2002 <sup>1</sup>	2003	Nominal	Real
TOTAL	6.708.769	5.961.609	5,41	-11,14
DESPESAS CORRENTES	5.135.991	4.818.504	11,29	-6,18
Pessoal e encargos sociais	2.459.350	2.363.690	14,01	-3,89
Juros e encargos da dívida	350.298	305.443	3,43	-12,80
Outras despesas correntes	2.326.343	2.149.371	9,60	-7,61
DESPESAS DE CAPITAL	1.572.778	1.143.105	-13,79	-27,32
Investimentos	687.242	435.974	-24,75	-36,56
Inversões financeiras	448.421	324.727	-14,10	-27,58
Amortizações da dívida	437.115	382.405	3,77	-12,52

Fonte: SEFAZ e IPECE.

Nota: (1) Dados preliminares sujeitos aos ajustes finais no Balanço Geral do Estado.

Valores deflacionados pelo índice composto (IPC-A 0 55% e IGP-DI - 45%) a preços médios de dezembro/2003.

Vale destacar que os juros e encargos da dívida reduziram-se em 12,80% no período, em função do efeito da variação cambial. Cabe lembrar que

51,26% (dezembro/2003) da dívida do estado estava atrelada ao dólar. Já as despesas de capital, decresceram 27,32%, em termos reais, em 2003, em relação a 2002. Por sua vez, os gastos com investimentos apresentaram uma redução de 36,56%. Por sua vez, as despesas com amortização da dívida decresceram 12,52% em relação a 2002.

## OPINIÃO IPECE

### Novos Rumos da Agricultura Cearense

Rogério Barbosa Soares (\*)

Nos últimos anos, a sociedade tem assistido a um processo de transformação que mudou a face do país. A abertura de mercado, a reestruturação do governo, as transformações políticas e sociais nas áreas urbana e rural causaram mudanças abrangentes em todos os setores.

O agronegócio cearense tem sido fortemente impactado por essas transformações. A abertura de mercado alterou a forma de atuação das cadeias produtivas, que passaram a orientar suas ações voltadas para a manutenção e/ou ganho de mercado nacional e internacional, definindo um conjunto de operações de produção, beneficiamento, distribuição e comercialização, para melhorar a qualidade do produto ofertado ao consumidor.

Exigências com relação à qualidade do produto e preservação do ambiente, determinadas pelo consumidor, orientam o gerenciamento das atividades agrícolas como a compra de insumos, organização da produção, e a comercialização nas cadeias produtivas. Dentro desta linha, a agricultura, no Ceará, vem passando por transformações nos últimos anos, incorporando aspectos de profissionalismo e qualidade aos novos processos produtivos, consolidando sua importância econômica e social do Estado. Hoje, o problema da seca já é um fenômeno conhecido e estudado, o qual a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (FUNCEME) através de modernas técnicas de geoprocessamento consegue prevê com antecedência sua ocorrência ou não, possibilitando assim, que os tomadores de decisão consigam traçar metas e ações para amenizá-lo.

Estas transformações prenunciam a constituição de um padrão produtivo e tecnológico mais dinâmico em que a agricultura cearense vem otimizando seus recursos naturais organizando as atividades em cadeias

---

(\*) Engenheiro Agrônomo do IPECE e Mestre em Economia Rural (UFC).

produtivas, e em alguns casos em arranjos produtivos<sup>1</sup>, atuando portanto de forma abrangente desde as atividades de pré-plantio, como a seleção de variedades, sementes; passando por: pós-plantio, pré-colheita, colheita, embalagem e conservação das frutas; transporte e distribuição até a entrega ao consumidor. O que vem sendo refletido sob a forma de um crescimento acelerado das exportações de flores, frutos e hortaliças, que passaram de US\$ 930 mil em 1998, para US\$20,083 milhões em 2003. Sendo que estes valores, não incluem o valor das exportações de castanha de caju.

As funções sociais e econômicas da agricultura, são, atualmente, muito mais complexas que aquelas que nortearam as políticas do século passado. A agricultura se diversificou, passando a incorporar cada vez mais: insumos, inovações e processo tecnológicos, além de integrar-se com os demais setores da economia, através das agroindústrias, estruturadas em cadeias produtivas. Sendo as principais características destes sistemas de organização produtiva: a qualificação da mão-de-obra, o enfoque na pesquisa e no desenvolvimento de produtos e serviços, que se especializam de acordo com os anseios e desejos do mercado consumidor.

Falar hoje em agricultura cearense, é tratar de vasto conjunto de atores que estabelecem relações intra e intersetoriais, onde a agricultura não é mais tratada simplesmente como fornecedora e consumidora de alimentos “in natura”, mas também como uma atividade integrada com os setores de indústria e de serviços. Caracterizada por uma forte articulação com a indústria de insumos e de alimentos, com centros de pesquisa tecnológica e genética, sem esquecer do consumidor final, o qual determina a aceitação e os atributos de qualidade dos produtos no mercado.

As atribuições que tradicionalmente pesavam sobre a agricultura cearense de produção barata de matérias-primas e de reserva de mão-de-

---

(<sup>1</sup>) Segundo Britto & Albagli (2002) - REDESIST.: Arranjos Produtivos Locais (APLs) são aglomerações territoriais de agentes econômicos, políticos e sociais, com foco em um conjunto específico de atividades econômicas e que apresentam vínculos e interdependência. Pode-se citar entre os arranjos produtivos locais em ascensão, um estudo realizado por FILHO et al (2001) pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE, que descreve o arranjo produtivo de mel em Horizonte e Pacajus, onde a apicultura tem elevado o potencial de exploração econômica da flora local, chegando a atrair produtores de outras regiões.

obra para a indústria, embora ainda existentes, estão sendo superadas por outras mais dinâmicas:

?? Mudanças nos padrões de consumo alimentar, seja pelo processo de urbanização e suas implicações sobre os hábitos alimentares (alimentação fora de casa, maior consumo de alimentos industrializados e/ou preparados, alimentação rápida etc.), seja pela valorização de aspectos qualitativos (alimentos considerados mais saudáveis, orgânicos, com mais qualidade nos aspectos organolépticos: sabor: cor, aroma, forma e tamanho, entre outros).

?? Integração às cadeias produtivas, em parte como decorrência do ponto anterior, e tanto no Brasil como no mundo, impõe-se cada vez mais à agricultura a necessidade de integração às cadeias produtivas, quer com a agroindústria processadora, quer com os grandes distribuidores, particularmente com as mega-empresas de distribuição no varejo de produtos e insumos;

?? Redução da degradação ambiental e do uso de insumos.



Estas são, portanto, mudanças substanciais nas relações entre os produtores e o mercado. A crescente introdução de novas tecnologias e a agregação de valor através de atributos qualitativos, traz consigo a especialização de ambientes socioeconômicos comuns, que forçam à um ajustamento estrutural de algumas atividades agrícolas, organizadas sob a forma de cadeias produtivas, como é o caso das cadeias produtivas de: flores, hortaliças (melão), bovinocultura, avicultura e caprinocultura, carcinicultura (camarão), castanha de caju, banana, pimenta malagueta (tabasco), apicultura (mel), fortemente demandantes de conhecimentos técnicos específicos de produção, colheita, pós-colheita, comercialização e distribuição. Pois nos mercados de produtos agrícolas e agro-industriais, há cada vez mais, a busca por produtos competitivos e com sustentabilidade no mercado, no qual, não apenas as commodities, mas também os insumos apresentam uma demanda qualificada por conhecimento de base científica e tecnológica. Neste caso, podemos citar a região do Baixo Jaguaribe, com grande potencial para a exploração

comercial de frutas e hortaliças irrigadas, que utiliza na maior parte de sua área cultivada, sistemas de irrigação localizada ou de microaspersão.

Outro fator que merece destaque, tem sido o surgimento de arranjos institucionais voltados para promoção da inovação, como os agropólos, incubadoras de empresas, centros de vocação tecnológica (CVTs), Instituto Centro de Ensino Tecnológico (Centec), entre outros, estão entre os que caracterizaram um intenso movimento de introdução de novos produtos e processos produtivos. Cada qual com particularidades, atendendo a diferentes fases do processo de maturação das empresas e dos produtores, os quais devem ser direcionados para estimular o crescimento do setor.

Neste contexto, tais arranjos visam estimular a cooperação e as sinergias entre os agentes locais para superar gargalos tecnológicos que travam o desenvolvimento de atividades produtivas com potencial relevante de geração de renda e emprego, apresentando nova concepção de desenvolvimento regional dentro de uma dimensão onde a participação dos pequenos e médios produtores no contexto de desenvolvimento é determinante.



Nos últimos anos, percebe-se que houve uma considerável taxa de adoção de inovações tecnológicas na agricultura cearense, tanto na agricultura irrigada como na agricultura de sequeiro incentivada através de programas do Governo do Estado do Ceará, como por exemplo o programa de distribuição sementes híbridas de milho e de algodão com potencial genético superior, que permitem que o produtor obtenha melhores produtividades em sua área plantada.

O atual Plano de Governo do Estado do Ceará 2003/2006, traz como suas metas prioritárias os seguintes preceitos que norteiam as políticas de desenvolvimento da agropecuária cearense: produzir mais, degradando menos com custos mais competitivos, organizar a produção, capacitar o produtor, promover a diferenciação de produtos e mercados, abrir oportunidades para produtores marginalizados e dar condições de expansão àqueles já inseridos no agronegócio.

## O Livre Comércio e o Multilateralismo

Maria Eloisa Bezerra da Rocha (\*)

Não obstante as divergências de opiniões sobre a validade do livre comércio e as diversas outras formas de democratização do comércio internacional, para o desenvolvimento econômico de um país ou região, a circulação de bens e serviços tem proporcionado significativos ganhos entre parceiros comerciais, compradores e vendedores, de bem-estar social e de difusão do desenvolvimento econômico.

No entanto, ao longo de décadas, vários esforços foram despendidos para que essa democratização não ficasse somente nas teorias e nos papéis para tornar-se realidade. Acordos e organismos internacionais foram criados para que fosse implementada a legislação básica para a operacionalização desse comércio, poucos foram os resultados alcançados, pois ainda imperam práticas que ferem os regulamentos do livre comércio. Dos acordos negociados em fóruns internacionais, Acordo Geral Sobre Tarifas e Comércio (GATT)<sup>(2)</sup>, pelo menos cinco dedicaram espaço para a discussão sobre a eliminação de práticas protecionistas desleais, sobretudo dos países com maior poder de barganha.

Outro fato a considerar-se a favor do livre comércio foi a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), que entrou em operacionalização em janeiro de 1995, substituindo o GATT, com objetivos claros de elevar os níveis de vida, o pleno emprego, a expansão da produção e do comércio de bens e serviços, a proteção do meio ambiente, o uso racional dos recursos naturais em níveis sustentáveis e a necessidade de realizar esforços positivos para assegurar uma participação mais efetiva dos países em desenvolvimento no comércio internacional. Renasceu a esperança dos países, sobretudo os em desenvolvimento, na efetividade do multilateralismo. Além de procurar incorporar aos textos legais, medidas de disciplinas multilaterais, muitas vezes propostas no âmbito de políticas nacionais.

---

(\*) Analista de Políticas Públicas do IPECE e Mestre em Negócios Internacionais (UNIFOR).

(2) GATT, um acordo criado, no período 1947/48, para regular provisoriamente as relações comerciais internacionais, foi o instrumento que, de fato, regulamentou por mais de quatro décadas as relações comerciais entre os países.

Viviane Dias (1996) relata a relação entre a OMC e os países membros: “Por um lado, países com desenvolvimento médio como o Brasil, querem ter a proteção do direito internacional contra o poder arbitrário para definir as regras do jogo internacional exercido unilateralmente, nos últimos anos, pelos Estados Unidos. Mas, por outro lado, a inclusão de políticas nacionais na agenda internacional de comércio não só significa a redução da capacidade do Brasil, por exemplo, para ajustar suas políticas às necessidades do desenvolvimento econômico e social, como também na aceitação de padrões, procedimentos e legislações de países mais avançados, nas áreas acordadas internacionalmente. O pior cenário será aquele no qual os países com maior poder não respeitem o cerceamento às suas leis por instituições multilaterais, mas utilizem o seu poder para que outros países cumpram os acordos internacionais”.

Neste sentido, no jogo político internacional, espera-se que haja cada vez menos espaço para a improvisação e a falta de clareza em relação aos interesses nacionais e os objetivos estratégicos dos países do porte do Brasil.

Nessa perspectiva, quando países, regiões ou áreas comerciais desenvolvidos ou em desenvolvimento, acham-se ameaçados, sobretudo em dois importantes segmentos, a vantagem comparativa e o bem-estar social, seus governos e representantes procuram amenizar os impactos gerados pelas leis definidas nos fóruns internacionais, objetivando proteger suas atividades econômicas, utilizando-se de diversas práticas protecionistas, sustando os prováveis perigos ou ameaças à sua hegemonia nacional.

Geralmente, são alvos dessa proteção os produtos agrícolas, as indústrias nascentes e segmentos estratégicos industriais (com o objetivo de manter o país num patamar suficiente para atender à demanda interna, em casos de emergência). Não é à toa que vários países, por pertencerem ao mesmo território e que possuem objetivos comuns (afinidades econômicas e políticas), vêm formando blocos econômicos, áreas comuns de comércio, para obtenção de maior poder de barganha, bem-estar social, maior crescimento e produtividade. Fortalecidos em todos os sentidos para enfrentar as complexas relações internacionais que resultaram da abertura comercial em quase todo o mundo.

Essas ameaças intensificaram-se com o aguçamento do processo de globalização, onde as economias estão cada vez mais interdependentes, daí o surgimento de novos tipos de restrições, que até pouco tempo referiam-se, apenas, às barreiras tarifárias (impostos, subsídios etc.) e que hoje são constituídas também pelas barreiras não-tarifárias, ditas como o novo protecionismo. Estas últimas, constituem-se em medidas discretas, mas que causam grandes efeitos no alcance de seus objetivos.

Destacam-se entre as principais barreiras não-tarifárias, as técnicas, as sanitárias e ambientais, subsídios que incidem sobre a produção e exportações e direitos antidumping, citando apenas algumas. Acrescente-se, ainda, a Lei de Segurança da Saúde Pública e Prevenção e Resposta ao Bioterrorismo, criada em 2002 pelos Estados Unidos.<sup>(3)</sup>

Nesse contexto, quando um país impõe restrição a importação de produtos da agropecuária, ele está pensando em proteger a renda e o emprego gerados por esses produtos, a base alimentar, como também a cultura do país, a garantia do bem-estar de sua sociedade. Pode-se citar como exemplo a produção de arroz no Japão, cujo o custo é elevado e que poderia ser importado da Ásia, maior produtor de arroz do mundo, por um preço bem menor. Porém, a importação desse produto geraria um transtorno social, provavelmente, causaria desemprego em massa, quebra na hegemonia cultural de seu povo e outras conseqüências. Por outro lado, a aplicação de subsídios visa proteger, dentre outros fatores, as exportações de produtos de pouca competitividade, de um país, em relação a outros países.

Geralmente, os produtos ligados à agropecuária são subsidiados pelo governo, como é o caso dos Estados Unidos, que utilizam esses artifícios para manter as exportações crescentes e competitivas com outras regiões. Este mecanismo de proteção comercial é bastante criticado e combatido pelos organismos internacionais e de difíceis soluções e acordos, pois são muito complexos.

Segundo uma pesquisa da Universidade de São Paulo, USP, nos Estados Unidos, somente em relação à soja, os subsídios aos produtores alcançaram a

US\$ 3 bilhões, cerca de 2/3 da receita arrecadada pelas exportações brasileiras de soja, em 2000. O mais importante é que não se trata de subsídios indiretos, pois mais de 50% da renda líquida do produtor agrícola americano provém de pagamentos *cash* do governo, segundo a mesma pesquisa. Todavia, há algumas áreas que podem ser subsidiadas, como: pesquisas realizadas por universidades, os produtos da agropecuários e a conservação do meio ambiente.

Sintetizando o que foi exposto ao longo do texto, várias são as causas que levam os países a aplicarem essas restrições, contrariando as teorias, das quais merecem destaques: a entrada de novos exportadores, acirradas concorrências, instabilidade na economia mundial, perigos de grandes conflitos, a burocracia que envolvem os acordos e as decisões de organismos internacionais, como o GATT, posteriormente, a OMC, dentre outros.